

ÁFRICA-BAHIA: UMA LEITURA EM CRÍTICA CULTURAL SOBRE A DIÁSPORA AFRICANA NOS QUILOMBOLOS BAIANOS

Ana Fátima Cruz dos Santos¹

Resumo: Apresentamos alguns dos diversos Letramentos aplicados nos territórios quilombolas da Bahia para uma prática de ensino-aprendizagem incluindo referências afro-brasileiras. O foco de aplicação: currículo educacional. Salientamos a inserção da lei Federal 10.639/2003 e a resolução que define as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*. O artigo tem como objetivos apontar as marcas orais, que representam traços identitários de uma memória africana viva, proferidos pelas mulheres e sugerir uma intervenção no currículo dos cursos de licenciatura em Instituições de Ensino Superior (IES). O interesse maior nesse trabalho é a provocação de reflexões em Crítica Cultural sobre as identidades quilombolas brasileiras após um século de luta pelo reconhecimento de suas terras e cultura como elementos integrantes deste país diverso étnica e linguisticamente.

Palavras-chave: Letramentos. Quilombos. Mulheres. Crítica Cultural. Currículo.

AFRICA-BAHIA: READING IN CULTURAL CRITICISM ON THE AFRICANDIASPORA IN QUILOMBOLOS BAIANOS

Abstract: Here are some of the different literacies applied in the territories of Bahia Maroons to a practice of teaching and learning including references African-Brazilian. The application focus: the educational curriculum. We emphasize the integration of Federal law 10.639/2003 and Resolution which defines the Na-

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural — Pós-Crítica (UNEB, Campus II), Licenciada em Língua Portuguesa, poeta — anafatimadossantos@yahoo.com.br

tional Curriculum Guidelines for Education in Basic Education School *Quilombo*. Have the following objectives pointing brands oral, representing an identity traces African memory alive, uttered by women and suggest an intervention in the curriculum of undergraduate courses in Higher Education Institutions (HEIs). The main interest of this work is provoking reflections in Cultural Criticism on identities Brazilian Maroons after a century of struggle for recognition of their land and culture as integral elements of this ethnically and linguistically diverse country

Keywords: Literacies. Quilombo. Women. Cultural Criticism. Curriculum.

A posição de um Crítico Cultural não se detém apenas aos conhecimentos da linguagem escrita, das leituras sobre as “desobediências epistemológicas”, nem puramente realização de pesquisas de cunho etnográfico. As investigações em Crítica Cultural aludem a um alto nível de reflexão em torno da institucionalização da massa cultural no mundo contemporâneo, o sentido das instituições literárias, e das políticas públicas abarcando os letramentos, formação de leitores (universais) e formação de professores. É visível também a interlocução com instituições de estudos científicos no território brasileiro e vistas para o horizonte exterior (observando que a palavra *estrangeiro* nos levaria a demais análises e compreensões não interessantes aqui no texto proposto). Faz-se necessária a descrição do perfil almejado ao crítico cultural para que ganhemos a abrangência da relevância das produções geridas a partir do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e suas políticas de fomento ao desenvolvimento científico para além de seu espaço físico e simbólico de instituição acadêmica.

O argumento exposto neste artigo se remete à formação do profissional de Letras em sua licenciatura relacionada,

principalmente, aos sujeitos afrodescendentes. Segundo Ana Célia da Silva (2001):

O papel do professor é determinante no processo de reapropriação e reinvenção do conhecimento. Através da análise crítica dos textos, da correção das ilustrações, da comparação do que *lê com o que vê* (Rosemberg, de *Olho no preconceito, vídeo*) e da comparação do quelê com o seu cotidiano, suas experiências e sua cultura, ele pode desconstruir o estigma. [...]. A aprendizagem se realiza através de um processo dinâmico que compreende a reelaboração do saber apreendido em contraste com as experiências do cotidiano (SILVA, 2001, p.20-21).

Assim como a autora, a pesquisa em Crítica Cultural observa e inclui o sujeito que reverte as estratégias de dominação e dispõe abertamente as ferramentas de acesso ao “conhecimento” (seja ele escolarizado ou gerido coletivamente por outros sujeitos em suas práticas sociais). É sob esta ótica que abordaremos nos tópicos a seguir sobre os letramentos existentes nos quilombos da Bahia (que podem ser estendidos aos demais estados brasileiros) e a inserção dos mesmos no currículo educacional.

Início de conversa

O conhecimento educacional dos territórios quilombolas no Brasil continua em análise e renovação contínuas. Devido à formação identitária e histórica desse país diverso em cultura e povo, os quilombos também apresentam suas características ímpares e singulares. Em 2004, o diretor e produtor Antonio Olavo lança em todo estado baiano o documentário *Quilombos da Bahia* em que são apresentados depoimentos de quilombolas do território baiano existente em 69 comunidades. Constam falas de adultos e anciãos das comunidades visitadas, homens e mulheres. O

arquivo cinematográfico tem como uma das suas principais características registrar a memória do povo negro que transmitem às gerações futuras seus costumes, histórias, medicina alternativa e cultura através da oralidade. A problematização do pertencimento étnico entre os moradores mais antigos é um aspecto curioso e relevante à identidade individual e local nos quilombos.

Após sanção da Lei 10.639/2003 (institui o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar), Lei que legitima a luta pelas ações afirmativas no Brasil para a comunidade negra, além da abertura do sistema de cotas no mesmo ano, obtivemos maiores produções com um teor educacional sobre o assunto afim de que temas que dizem respeito a preconceito racial, discriminação e outros tipos de violências voltadas especificamente às pessoas negras possam ser discutidos e revistos pela sociedade contemporânea. São muitos os vieses a serem apontados e analisados principalmente no setor educacional, o qual tem por objetivo a formação de sujeitos políticos e conscientes. Um dos temas escolhidos para análise diz respeito às comunidades de quilombos as quais referenciam um nível de organização afrocentrada mantendo o espírito de coletividade entre os nativos da comunidade que compartilham o mesmo espaço e algumas vezes, com a população do quilombo mais próximo (especialmente falando).

Relacionado às especificidades da educação quilombola brasileira foi necessária a implementação de uma intervenção política-cultural e legislativa que as contemplasse. Criou-se, então, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica* em suas diversas modalidades: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação do campo, educação especial, educação profissional técnica de nível médio, educação de jovens e adultos, incluindo educação a distância. Estas ambicionam orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar

em prática a Educação Escolar Quilombola mantendo, assim, um diálogo com a realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento quilombola. Contudo, será que tem como universalizar estes valores e Letramentos quilombolas?

A noção de quilombo é discutida fortemente em cursos de Ensino Superior ligado às Ciências Humanas como História, Sociologia, Geografia e Antropologia. Porém, há relevância em tratar desse tipo de organização política e comunitária em demais cursos devido à interferência que o mesmo vem a ter sob a formação do sujeito afrodescendente e suas relações sociais, econômicas e linguísticas. A ideia de quilombo não deve ser delimitada ao modelo expandido unicamente sobre a República de Palmares-Alagoas. Há que se considerar a “multiplicidade de situações de aquilombamento e suas variadas conformações organizacionais” (SILVA, 2007, p.38). Logo, entende-se quilombos enquanto sociedades ou territórios que guardam um vínculo social, histórico e cultural com comunidades anteriores formadas por pessoas negras refugiadas do sistema escravocrata ou derivadas do abandono político após sanção da Lei Áurea, resultando numa falta de estrutura econômica e social dos afrodescendentes. De acordo com o Decreto 4.887/2003 (CNE, 2011), os quilombos são

[...] como algo de uso de todos da comunidade (é uma terra de uso coletivo) e algo que faz parte deles mesmos, uma necessidade cultural e política da comunidade que está ligada ao direito que possuem de se distinguirem e se diferenciarem das outras comunidades e de decidirem seu próprio destino [...]“(Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola: algumas informações, 2011, p. 13).

Aliado aos conceitos sobre quilombos e seu território, a estrutura educacional reproduz as manifestações dessas populações e com base nelas, as diretrizes de educação quilombola sinalizam fundamentos a serem ministrados: memó-

ria coletiva, línguas reminiscentes, marcos civilizatórios, práticas culturais, repertórios e acervos orais, tecnologias e formas de produção do trabalho, tradições, usos, festejos e outras declarações que comportam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas do território brasileiro. Estes fundamentos respondem a pergunta feita anteriormente, pois os mesmos são pontos relevantes para muitas comunidades quilombolas dentro e fora do território brasileiro (pensar em Uruguai, Chile e Caribe como exemplos na América).

Com o avanço das políticas de Ações Afirmativas no Brasil, estimula-se a inserção da história e cultura africana e afro-brasileira nas carreiras de licenciaturas, já que têm a intenção, dentre os objetivos a formação de um docente comprometido com a sociedade e sua diversidade, de um formador crítico, e porque não dizer, um Crítico Cultural a partir do momento que desenvolve estratégias refletindo sobre o sujeito, as subjetividades, os discursos formulados em seu grupo social e as manifestações culturais de seu meio.

A partir das medidas legislativas pontuadas no texto da Lei 10639/03, como também das lutas e reivindicações da população quilombola, promove-se a criação dessas diretrizes para a Educação Quilombola e com ela um painel rico em Letramentos para diferentes áreas do conhecimento. Deslocando ideologias preconceituosas, os quilombolas não escolarizados provam que também formulam ciência, seguem rumo ao

“ato de conhecer” (BACHELARD, 1996) e enfrentam dificuldades na ordem do inconsciente, principalmente no que se refere ao desejo (em suas variadas manifestações culturais, linguísticas e artísticas) junto ao funcionalismo empregado à noção de conhecimento e construção do mesmo. Em alguns momentos, os próprios quilombolas, os mais velhos, dão um caráter funcional e determinista ao seu modo de vida e descendência dos costumes e tradições; em outros, por parte dos remanescentes de quilombo mais jovens com-

preende-se uma construção sócio-interacionista na “pós-tradição” (grifo meu) ou “tradição inventada” (HALL, 2003).

Documentário e Letramentos de Quilombo

O filme-documentário *Quilombos da Bahia*, possui características peculiares sobre a formação da diáspora africana na Bahia. Entre os depoimentos de homens e mulheres quilombolas, as narrativas sobre a formação identitária dos afrodescendentes são permeadas de registros históricos, respaldadas por ditados populares, cantigas regionais, cantos religiosos católicos e de matriz africana, assim como a descrição de suas memórias do final da escravidão. Nas falas das mulheres são identificadas as marcas de resistência e estratégias de sobrevivência da população ao longo dos séculos. Essas mulheres participam de diferentes atividades: curandeiras, líderes religiosas, dendezeiras, catadeiras, tocadoras de prato, professoras e vão desenvolvendo as histórias de seus ancestrais continuando os trabalhos de geração em geração ou visando uma forma qualificada de dar seguimento aos aprendizados dos povos quilombolas.

Todas estas manifestações são formas de letramento que participam das vivências dos quilombolas e isto os constituem enquanto identidade remanescente de quilombo. O silenciamento quanto a importância que a tradição oral tem na formação discursiva e identitária desses sujeitos só reafirmam a ideologia da colonização do homem branco, insistindo em desvalorizar nos ambientes formais de escolarização (onde também permeiam os letramentos construídos foras dos muros da escola) a memória oral, os costumes e práticas ritualísticas deste determinado grupo (SOUZA, 2011, p. 39).

As narrativas, como um dos diversos tipos de letramento, são ferramentas de análise que apontam a construção identitária dos sujeitos que as reproduzem e das pessoas

que as observam e guardam na memória: afetiva e/ou histórica. Discutir a visão socioconstrucionista do discurso e da identidade social é interessante ao “focalizar como a narrativa, um tipo de organização discursiva que usamos para agir no mundo social, funciona, como instrumento cultural, na mediação do processo de construção das identidades sociais” (MOITA LOPES, 2002, p. 59). A narrativa — enquanto ato discursivo — é pontuada em literaturas como uma linguagem universal ligada às formações de pertencimento local e global, individual e coletivo capaz de circular em diferentes grupos étnicos. O discurso deve ser compreendido como uma maneira de coparticipação social, visto que “os participantes discursivos constroem o significado ao se envolverem e ao envolverem outros no discurso, em circunstâncias culturais, históricas e institucionais particulares” (MOITA LOPES, 2002, p.30).

O jogo de identidades está presente de diferentes modos e faces, em diversas sociedades, de forma que a depender da circunstância o indivíduo se posiciona politicamente com diferentes marcas identitárias. As mulheres quilombolas do documentário representam uma parcela considerável da sociedade brasileira contemporânea a qual é constituída de *identidades fragmentadas* (HALL, 2001), em que os sujeitos são formados discursivamente a partir de histórias contadas na escola envolvendo os acontecimentos mutáveis da modernidade tardia. O sujeito se compõe de uma identidade incompleta, sempre em processo, desenvolvida continuamente na e por meio da linguagem. É neste momento que se faz necessário o respeito às diferenças entre os sujeitos através de seus discursos firmados em bases ideológicas de acordo com as construções sociais dos indivíduos que interagem no ambiente escolar.

Os rituais também são importantes para a significação das tradições, usos e costumes em cada quilombo. Um exemplo marcante vem a ser o uso de ervas medicinais para a

cura de algumas enfermidades: dor de barriga, inchaço, enjojo e atéborto. Algo que diz respeito às mulheres rezadeiras que repassam ensinamentos para as suas descendentes ou demais mulheres da comunidade. Notemos que

Visto que, em dada cultura, não há apenas um letramento, mas letramentos múltiplos associados aos vários domínios da vida, bem como diversidade nos modos como os sujeitos tomam parte em eventos e situações nesses domínios, é relevante examinar, ainda que brevemente, os caminhos pelos quais esses sujeitos, situados em contextos específicos, membros de determinadas comunidades, se moveram no universo da escolarização (SOUZA, 2011, p.42).

Do educador ao estudante, sendo a sala de aula outro meio social para a interposição de culturas, essas marcas da formação identitária devem ser analisadas e pontuadas durante a prática pedagógica. O discurso corporificado nas narrativas é visto pela Linguística Aplicada como “instrumento cultural” na mediação do processo formador de identidades. Pois, a palavra compõe uma escolha do indivíduo em distinguir o que acredita ser importante do que pode ser descartado. É o que podemos chamar de “identidade em política”, como nos afirma Walter Mignolo:

Irei argumentar que a identidade em política é crucial para a opção descolonial, uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (...), pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista. As identidades construídas pelos discursos europeus modernos eram raciais (isto

é, a matriz racial colonial) e patriarcais (MIGNOLO, 2008, p.289-290).

Da mesma maneira devem ser considerados os diferentes sujeitos que compõem a sala de aula nas Instituições de Ensino Superior e nas escolas brasileiras. Afinal, a pessoa negra está inserida nos diversos âmbitos educacionais, sendo assim, sua história deve ser contada e acessada por todos no processo de ensino-aprendizagem. O currículo educacional é um espelho desta realidade diferenciada, portanto, as Diretrizes para a Educação Quilombola sugerem um tripé de ação: 1) a construção do Projeto político pedagógico (PPP) e da proposta curricular da escola; 2) a formação iniciada e continuada dos professores; 3) uma gestão escolar autônoma e democrática. São pontos imprescindíveis para qualquer formação educativa escolar, porém, a educação quilombola necessita desta atenção mais profunda a fim de sanar o sintoma de

“ignorância”, improdutividade científica e “retardo temporal” que discursos falaciosos promoviam até o fim dos anos 90 do século XX. Todo o processo de construção curricular deve ser feito junto a comunidade interessada para que atenda às necessidades de formação educativa local.

As falas referem-se em momentos distintos a uma *invenção da tradição* (Hall, 2001 *apud* Hobsbawn e Ranger, 1983), ou seja, falam de seus antepassados mais a cada lembrança há uma história diferente, algo que não é dito, há novos interlocutores:

“Tradição inventada significa um conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através de repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (HALL, 2001).

Essa “tradição inventada” liga-se diretamente a forma particular dos mais velhos, anciãos, repassarem aos mais

novos a memória do lugar, de sua família, de sua identidade. Uma das formas de continuidade da tradição oral africana se apresenta nos gêneros da comunicação manifestados como “causos”, contos, poesias cantadas, os provérbios e ditados (ver A. HAMPATE BÂ, 1982). São exemplos de transmissão da memória africana coletiva transmitida por séculos assim como a sua dinâmica econômica foi passada para quilombos descendentes de seus integrantes. São referências como estas que podem modificar anos de violação à cultura afro-brasileira na educação. O uso de recursos audiovisuais, como o filme-documentário, auxilia na metodologia de uma prática sem exclusões, além de fornecer referências de sociedades que vivem de uma economia afrocentrada, com respeito e amor pela comunidade em que vivem. O audiovisual é uma outra linguagem que transdisciplinarmente transforma o seu interlocutor e o remete às noções de tradição, cultura, identidade e outros valores sociais. É necessário que este recurso seja estimulado e trabalhado contextualizado nas diferentes instituições educativas no país, sejam elas urbana ou rural.

Novos horizontes, novas perspectivas

Em determinado momento do documentário é exibido o depoimento de Hilda Costa, 42 anos, moradora do quilombo do Bananal. Esta aponta uma realidade diferenciada das demais pessoas da sua comunidade. Identifica-se como a primeira universitária do local, cursando sexto período da graduação de Pedagogia em outra localidade (área urbana). A entrevistada tem como objetivo, ao concluir o curso, retornar à comunidade para aplicar seus conhecimentos da área que escolheu, além de incentivar e fortalecer a educação escolar no quilombo — foco direto na escolarização da comunidade analfabeta, porém letrada. É vislumbrado em seu discurso um desejo de desenvolver capacidades e valores artísticos, consciência política e uma organização de coletividade maior dentro do seu território através da educação

formal, científico-acadêmica a qual está adquirindo através do Ensino Superior.

Este é apenas um dos muitos discursos de outras mulheres que reconhecem na academia um poder científico que também possuem no território quilombola em que vivem, alfabetizou-se e obteve letramentos que o campo científico universitário não pode proporcionar com tamanha riqueza situada. Os quilombos são a afirmação de que existe um conhecimento científico situado, ou seja, depende das oportunidades e circunstâncias do sujeito diante de um fato ou necessidade.

É escassa a presença de universidades ou IES (Instituição de Ensino Superior) na adjacência dos territórios quilombolas rurais. Ainda assim, quilombolas como Hilda almejam adaptar o conhecimento comunitário que têm com o método acadêmico legitimado pela elite brasileira a partir do momento que têm acesso à universidade. É uma estratégia que começa a ser comum por parte de remanescentes de quilombo visando à continuidade da memória local e dos seus antepassados levando para os muros das IES a história de resistência e as manifestações culturais. Também se caracteriza como um elo entre a linguagem escrita acadêmica e a linguagem oral dos contos e vivências, não assumindo a forma de “apagamento da tradição”, mas sim, registro e manutenção da mesma.

Ao se apropriar do discurso acadêmico, essa educadora (que também se define enquanto mulher, negra, quilombola e baiana) favorece a uma prática em sala de aula diversificada voltada para uma didática transdisciplinar por considerar, durante o processo de ensino: elementos de sua comunidade, modo de vida, organização social e vivência com as histórias contadas pelos mais velhos. Trata-se de um planejamento diferenciado da prática docente. Ao serem inseridas nos

currículos universitários das graduações em Letras disciplinas que se referem ao ensino de aspectos históricos, sociais e linguísticos de origem africana ou da participação dos africanos escravizados no Brasil, há um movimento positivo para a valorização dessa herança negra em nosso território nacional além de reconhecer na formação de nossa linguagem influências de diferentes línguas e culturas do continente africano.

Considerações finais

A manutenção da cultura e alegorias sociais de diferentes origens étnicas é, de certa maneira, preservada de forma diversa além das narrativas orais e textos escritos: a presença do audiovisual. Este registra, interpreta e socializa a memória de um povo baseado na oralidade como meio de comunicação e salvaguarda de sua história. As mulheres quilombolas das comunidades exemplificadas no documentário simbolizam as demais mulheres nordestinas e brasileiras, contadoras de histórias que representam a resistência do saber popular descendente dos povos africanos habitados no país a partir do século XVI. Conforme Souza e Lima (Literatura Afro-brasileira, 2006) fortalecem a significância do contador de histórias na tradição oral — aspecto relevante a ser trabalhado na prática pedagógica do educador que, muitas vezes, tem uma visão errônea sobre o significado de oralidade — como alguém que inicia a vida de outro alguém, aponta a estrutura fundante do sujeito para que o mesmo transmita esses conhecimentos de seu povo aos descendentes tornando o aprendizado coletivo e interativo:

O contador de história, nessa tradição, é um mestre, um iniciador da criança, do jovem e até do adulto. Trata-se de uma iniciação para a vida. As histórias míticas são contadas e recontadas e funcionam como mapas que encaminham os sujeitos nas suas possibilidades de convivência, sem prescrever conselhos, fa-

zendo valer o arbítrio e o jeito de ser de cada um. Ou seja, os conhecimentos produzidos nessas culturas e seu aprendizado sempre podem favorecer a convivência ou uma utilização prática (SOUZA; LIMA, 2006, p.79-80).

É por meio da oralidade, da voz da/o narradora/o que a palavra ganha vida, a História é incorporada à dinâmica de vida dos indivíduos e os mitos junto aos rituais são transmitidos por gerações garantindo a “revivência” de elementos culturais locais e globais. As narrativas são apresentadas pelas mulheres no documentário *Quilombos da Bahia* em forma de contos, mitos heroicos de seus ancestrais, Sambas de Roda e danças. São patrimônios imateriais que essas quilombolas carregam de geração em geração através do trabalho em grupo, amor a terra em que nasceram seus avós, pais e elas próprias e perspectiva de angariar uma educação formal de qualidade e igualitária na sua comunidade.

O registro das histórias, mitos e acontecimentos nas comunidades quilombolas tem se tornado mais necessário não só para a manutenção e ensinamento de sua oralidade, mas também para sobrevivência de grupos étnicos, dos saberes farmacêuticos populares, de um estilo de agricultura sustentável e compartilhamento dos símbolos sociais e linguísticos de um povo (as epistemologias quilombolas ou afrodescendentes). As mulheres que aqui se apresentaram como contadoras de histórias fazem parte desse processo educacional e identitários da população baiana e dos afrobrasileiros. Portanto, elas devem ser contempladas como sujeitos formadores de identidades outras e também como exemplo de educadoras em suas redes locais. Assim chamadas também de *griots* da pós-modernidade.

Há de se observar que a valorização dessa herança africana no território brasileiro está para além da simbologia a qual tentaram classificar a capacidade intelectual do negro enquanto “limitada”, utilizando-se de elementos generali-

zantes como os trajes de “baiana”, suas comidas típicas, o “futebol-espetáculo”, o samba, o perfil de malandro e a caçoeira — imagens estas que, por diversas vezes, beiram a visão estereotipada da sociedade racista que encontramos no *Brasil-Mercado*. É necessário enxergar que a contribuição etnicorracial afrodescendente deixa marcas profundas na formação de nacionalidade brasileira. Trata-se aqui de um caso sério a partir do momento em que são rememoradas as estratégias de apagamento durante anos sobrepujados às pessoas negras pela classe dominante branca que insistia em classificar a cultura do negro enquanto inferior, de baixa conduta e desprestígio histórico-cultural.

Ainda são muito pontuais os trabalhos realizados nas escolas correspondentes à cultura negra e sua diversidade. As comunidades quilombolas não estão agraciadas como deveriam estar nos planos de aulas de diversas disciplinas ou nos projetos pedagógicos anuais de instituições públicas e privadas. O MEC — Ministério da Educação e Cultura — tem cumprido a agenda política construída juntamente com o Movimento Negro nas duas últimas décadas, favorecendo, desse modo, um elevado nível de intervenções metodológicas com profissionais competentes e materiais especializados que descrevem e problematizam a construção identitária do brasileiro consciente da pertença negra em sua história de vida, na arquitetura de sua cidade e formação linguística, por exemplo. Há de se querer mais.

Os discursos de mulheres quilombolas, expondo mais um sujeito sócio-historicamente ignorado na formação linguística e cultural nacional, relatados através do audiovisual favorece para uma mudança significativa no tratamento que era dado aos autores afrodescendentes e à trajetória do negro na educação acadêmica brasileira nos séculos XX e XXI. É uma maneira potencialmente possível de aplicar os fundamentos da Educação Quilombola em diferentes comunidades do território baiano, incentivando a produção de outras

ferramentas metodológicas na promoção dos letramentos vivenciados nos quilombos acrescidos no currículo escolar local.

Referências

A. HAMPATÉ BÂ. A tradição viva. In.: J. KI-ZERBO (Org.). *História Geral da África: I Metodologia e pré-história da África*. Trad: Beatriz Turquetil... et al. São Paulo: Ática/Unesco, 1982

BACHELARD, G. *A Formação do Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez (1935-1994). In.: *Afro-Ásia*, nº. 23, Salvador: EDUFBA, 2000.

CNE — Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Escolar Quilombola na Educação Básica*. Brasília, 2011.

Fazer valer a Lei 11.645/2008. Disponível em: <http://fazervaleralei.blogspot.com/2011/06/ministra-da-igualdade-racial-apresentou.html>. Acesso em 08 de junho de 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Ed. 6. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik; Adelaine La Guardia Resende et al. (trad.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2011.

LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MIGNOLO, Walter D. *Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Trad. Ângela Lopes Norte. In: Cadernos de Letras da UFF — Dossiê: Literatura, língua e identidade. Nº 34. 2008, p.287-324.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidade fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

OLAVO, Antonio. *Quilombos da Bahia*. (Filme documentário). Bahia: Portifolium, 2004. 98 minutos.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Valdélcio Santos. *Do Mucambo do Pau Preto à Rio das Rãs: liberdade e escravidão na construção da Identidade Negra de um Quilombo Contemporâneo*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Dissertação de Mestrado, dez. de 2007, 146 páginas.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança*: HIP HOP. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.